



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Especialidade Oficial de Justiça Avaliador



Prova Cargo C03, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Português

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Pobreza e indigência

Como se quantifica o número de pobres existentes no Brasil? É necessário, em primeiro lugar, definir o que é um pobre. Pouca gente teria dificuldade em dar sua própria definição. Provavelmente a maioria diria que os pobres são aqueles que ganham mal e têm pouco ou nenhum patrimônio. São as pessoas que pedem dinheiro nas ruas ou vivem de trabalhos precários. Embora suficiente para conversas informais sobre o assunto, trata-se de definição muito imprecisa. Um exemplo: como qualificar empregadas domésticas que trabalham em casas de famílias ricas de São Paulo, Porto Alegre ou Rio de Janeiro? Em comparação com os patrões, é razoável imaginar que elas sejam consideradas pobres, mas em comparação com um miserável do interior do Nordeste, que passa fome durante vários meses do ano, certamente isso não seria verdade.

Para que a discussão sobre o tema possa ser feita em bases mais sólidas, é vital avançar para uma definição mais rigorosa. Na maioria dos trabalhos acadêmicos, a contagem dos pobres é realizada da seguinte forma: admite-se, em primeiro lugar, uma cesta de bens e serviços (alimentos, transporte, moradia etc.) à qual todo mundo deveria ter acesso para não ser considerado pobre. A seguir, atribui-se um valor monetário a essa cesta (que pode variar de região para região), também chamado de linha de pobreza. A partir daí, verifica-se quem tem renda superior ao valor da cesta (os que não são pobres) e quem tem renda inferior (os que são pobres). É claro que aqueles com renda inferior não conseguem comprar todos os bens e serviços da cesta. Portanto, o número de pobres depende sempre da definição do que é a linha de pobreza.

O mesmo argumento vale para a linha de indigência. A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde. Ou seja, teoricamente, quem está abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver – se o faz é porque complementa minimamente sua renda com esmolas ou algum tipo de cultura de subsistência, que representa um recurso adicional que não é levado em conta pelos pesquisadores.

(André Lahóz. Revista **VEJA**, 15/05/2002)

1. De acordo com o texto, uma quantificação objetiva do número de **pobres** no Brasil depende
- (A) de uma fixação criteriosa do que seja, exatamente, a linha de indigência.
 - (B) da fixação do valor monetário de uma determinada cesta de bens e serviços.
 - (C) dos padrões que venham a ser fixados pela Organização Mundial de Saúde.
 - (D) dos critérios acadêmicos que permitem subestimar as diferenças regionais.
 - (E) de pesquisas orientadas por diferentes critérios e metodologia.

2. Considere as seguintes afirmações:
- I. A maioria das pessoas tem uma precária definição do que seja **pobreza**, precariedade que compromete o nível das pesquisas acadêmicas sobre o tema.
 - II. O acesso ou falta de acesso a determinados bens e serviços é um critério pelo qual se identificam os que estão acima e os que estão abaixo da linha de pobreza.
 - III. A linha de indigência é definida pelo acesso parcial de um indivíduo tanto aos bens como aos serviços considerados essenciais para o pleno exercício de sua cidadania.
- Em relação ao texto, está correto **SOMENTE** o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização das expressões **em primeiro lugar, a seguir** e **a partir daí** presta-se a descrever uma metodologia de trabalho baseada em
- (A) um alargamento de possibilidades.
 - (B) uma concomitância de fatos.
 - (C) uma série de alternativas.
 - (D) um encadeamento de operações.
 - (E) uma sucessão de hipóteses.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em
- (A) *embora suficiente* = ainda que bastante
 - (B) *em bases mais sólidas* = de modo mais especulativo
 - (C) *atribui-se um valor monetário* = calcula-se a demanda
 - (D) *cultura de subsistência* = hábitos da pobreza
 - (E) *recurso adicional* = atribuição necessária

5. Os tempos verbais estão corretamente articulados na frase:
- (A) Para que a discussão sobre o tema pudesse ser feita em bases mais sólidas, será vital avançar para uma definição mais rigorosa.
 - (B) Para que uma discussão sobre o tema venha a ser feita em bases mais sólidas, é vital que se avançaria para uma definição mais rigorosa.
 - (C) A cesta de bens incluiria, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneceria viva.
 - (D) Teoricamente, quem estiver abaixo da linha de indigência não terá conseguido sequer sobreviver.
 - (E) Teoricamente, quem estivesse abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver.

<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Nenhum de nós haveriam de encontrar dificuldade em propormos, cada um de acordo com seus critérios, uma definição de pobreza.</p> <p>(B) Quem dispuser de recursos suficientes para a aquisição de todos os bens e serviços indicados estarão acima da linha de pobreza.</p> <p>(C) Não se inclui, entre os bens e serviços, viagens de lazer, que, injustamente, não são consideradas essenciais, nesse tipo de cesta básica.</p> <p>(D) Não se sabe exatamente quais bens e serviços compõem essa cesta, quais os produtos a que se deve ter acesso para se situar acima da linha de pobreza.</p> <p>(E) Embora se saiba que muita gente arrecade, com esmolas, mais do que um salário mínimo, consideram-se que estão abaixo da linha de indigência.</p>	<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Não obstante muita gente seja capaz de formular sua própria definição do que é um pobre, a falta de rigor desse conceito torna imprecisa a demarcação do que se entende por linha de pobreza.</p> <p>(B) Não é simples quantificar os pobres que existem no Brasil, mesmo porque se há muita gente que o faça não quer dizer que todos eles tenham uma clara definição do que venha ser pobreza.</p> <p>(C) Como não há clareza quanto a uma definição de pobreza no Brasil, esta falta de rigor leva a um critério pelo qual é incompatível a quantificação dos pobres existentes em nosso país.</p> <p>(D) A dificuldade de se quantificar os pobres do Brasil deve-se à falta de precisão com que ela é feita, mesmo porque não há clareza entre aqueles que pretendem definir o que a pobreza seria efetivamente.</p> <p>(E) A demarcação da linha de pobreza subtende uma clara definição desta, pois caso contrário haveria uma tal oscilação nos critérios que se torna impossível não apenas definir os pobres, quanto mais quantificá-los.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>A cesta de bens inclui apenas os alimentos mínimos necessários à subsistência</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) está incluído.</p> <p>(B) estarão incluídos.</p> <p>(C) são incluídos.</p> <p>(D) terão sido incluídos.</p> <p>(E) têm sido incluídos.</p>	<p>11. <i>A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde.</i></p> <p>A redação desse período do texto deve ser aprimorada, pois</p> <p>I. a expressão <i>nesse caso</i> tem sentido obscuro, já que o contexto do último parágrafo não permite saber de que <i>caso</i> se trata.</p> <p>II. a expressão <i>de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde</i> tem dupla leitura, pois tanto pode se referir a <i>permaneça viva</i> quanto a <i>alimentos mínimos necessários</i>.</p> <p>III. A proximidade entre termos <i>inclui</i> e <i>apenas</i> gera uma contradição que prejudica o sentido da frase.</p> <p>É correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>8. No contexto do último parágrafo, a construção <i>se o faz</i> tem o sentido de</p> <p>(A) se está abaixo da linha de indigência.</p> <p>(B) se complementa sua renda com esmolas.</p> <p>(C) se considerarmos a teoria.</p> <p>(D) se representar um recurso adicional.</p> <p>(E) se consegue sobreviver.</p>	<p>12. Estão corretos o emprego e a flexão dos verbos na seguinte frase:</p> <p>(A) Quando eles virem a receber o suficiente para a aquisição desses bens e serviços, situar-se-ão acima da linha de pobreza.</p> <p>(B) Quem se provém apenas do estritamente necessário para não morrer de fome inclui-se na chamada linha de indigência.</p> <p>(C) Se alguém se contrapor a esse método de quantificação dos pobres, os acadêmicos refutarão demonstrando o rigor de seus critérios.</p> <p>(D) Caso tal metodologia não conviesse aos acadêmicos, eles tê-la-iam abandonado e substituído por outra.</p> <p>(E) Os acadêmicos há muito comporam uma cesta de bens e serviços em cujo valor monetário se baseiam para fixar a linha de pobreza.</p>
<p>9. Na frase <i>Admite-se uma cesta de bens e serviços à qual todo mundo deveria ter acesso</i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido, por</p> <p>(A) a que todos deveriam ser acessíveis.</p> <p>(B) para a qual todo mundo estaria disponível.</p> <p>(C) cujo alcance fosse possível a todos.</p> <p>(D) de cuja todos pudessem ter acesso.</p> <p>(E) pela qual todo mundo poderia contar.</p>	

13. Pode-se, corretamente, e sem prejuízo para o sentido do contexto, substituir o elemento sublinhado na frase
- (A) Para que a discussão possa ser feita em bases mais sólidas por **desde que**.
- (B) Embora suficientes para conversas informais sobre o assunto por **uma vez**.
- (C) A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos necessários para que a pessoa permaneça viva por **mesmo assim**.
- (D) A maioria diria que os pobres são aqueles que ganham mal por **os mesmos**.
- (E) Ou seja, teoricamente, quem está abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver por **vale dizer**.

14. Justificam-se inteiramente **ambas** as ocorrências do sinal de crase em:
- (A) Os que têm pleno acesso àquilo que oferece a cesta de bens e serviços devem considerar-se à margem da pobreza.
- (B) Quem atribui um valor monetário à essa cesta de bens e serviços está-se habilitando à definir uma linha de pobreza.
- (C) Não falta, à maioria das pessoas, uma definição de pobreza; o que falta à uma boa definição é o rigor de um bom critério.
- (D) Há quem recrimine à cultura da subsistência, imputando-lhe à responsabilidade pelo mascaramento da real situação de miséria de muitos brasileiros.
- (E) Os que têm proventos inferiores à quantia necessária para a aquisição dessa cesta deixam de atender à todas as suas necessidades básicas.

15. Estão corretamente grafadas todas as palavras da frase:
- (A) Não devem prevalecer nossas intuições ou percepções mais imediatas, mas apenas os critérios mais objetivos, quando se trata de formular alguma precisa definição.
- (B) A todos os que apenas subsistem, como é o caso de quem vive da mendicância, negam-se os direitos da cidadania, ao passo que para uns poucos reservam-se todos os privilégios.
- (C) Não se constitui uma sociedade verdadeiramente democrática enquanto não venham a incluir-se nela aqueles que, já a séculos, vivem mais do sistema de favor que de um trabalho digno.
- (D) Os que alferem lucros excessivos na exploração do trabalho alheio também devem ser responsabilizados pelo contigente de infelizes que estão abaixo da linha de pobreza.
- (E) Deve-se à inépsia ou à má fé de sucessivos governos, que descuraram a implementação de medidas de caráter social, o fato de que continua crescendo o número de pobres e indigentes em nosso país.

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.

Entre o fato e a notícia

A decantada objetividade jornalística tem, na verdade, duas faces: se de um lado toda notícia deve se prender originalmente a um fato cuja ocorrência seja inquestionável, por outro lado ela implica sempre uma dose de interpretação desse fato. O espaço concedido, o estilo empregado, o ângulo adotado, as ênfases (intencionais ou inconscientes), tudo isso traz para a matéria jornalística uma certa conformação subjetiva. Por isso, um dos requisitos do bom leitor de jornais ou revistas está na atenção que ele saiba dar não apenas ao fato relatado, mas ao modo como o foi.

Ao se transformar em linguagem, todo fato torna-se, também, um fato lingüístico; é com a linguagem que se produz uma notícia, é por meio de palavras que entramos em contato com a base de realidade de um acontecimento. Nesse sentido, não há, e nem pode haver, jornalismo inteiramente inocente, ainda quando se trate do mais honesto dos profissionais. Por isso, também o leitor deve recusar a ingênua credulidade de quem acha que uma notícia não é uma imagem construída, mas a materialidade mesma do fato ocorrido.

(Celso de Oliveira)

16. Ao afirmar, referindo-se à notícia jornalística, que *todo fato torna-se, também, um fato lingüístico*, o autor fornece um argumento para a seguinte tese:
- (A) É da realidade mesma de um fato que a matéria jornalística depende, se quiser ser inteiramente objetiva.
- (B) A ocorrência de um fato e a sua divulgação jornalística são realidades em si mesmas contraditórias.
- (C) O jornalismo competente é aquele em que a plena transparência da linguagem garante a transparência da realidade mesma do fato.
- (D) Cabe ao leitor, entre o fato gerador da notícia e o fato relatado, escolher de que lado está a verdade.
- (E) A leitura crítica não se prende apenas ao fato que gerou a notícia, mas à forma pela qual esta forçosamente o interpreta.

17. Considere as seguintes afirmações:

- I. A expressão *conformação subjetiva*, no primeiro parágrafo, tem sentido vago, pois não há exemplos que a materializem.
- II. A frase *não há, e nem pode haver, jornalismo inocente* não é uma acusação moral, mas uma decorrência da tese central defendida pelo autor do texto.
- III. A expressão *ingênua credulidade*, no segundo parágrafo, refere-se ao leitor que considera a notícia um espelho que reflete a verdade incontestável do fato.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) III, somente.

18. *Por isso, um dos requisitos do bom leitor de jornais e revistas está na atenção que ele saiba dar não apenas ao fato relatado, mas ao modo como o foi.*

Existe uma articulação lógica entre os dois elementos sublinhados na frase acima que também ocorre em:

- (A) Antes de se tornar um bom escritor, é preciso aprender a ser um bom leitor.
- (B) Embora ele se considere uma pessoa crítica, não falta quem o julgue um ingênuo.
- (C) Apesar de dizer que desconfia da imprensa, ele crê, de fato, em tudo o que lê.
- (D) Ele não ouve tão-somente o que é dito, também sabe avaliar o silenciado.
- (E) Mal começou a falar e já percebi que trazia uma notícia preocupante.

19. Para atender às normas de concordância, o verbo indicado entre parênteses adotará obrigatoriamente uma forma do **plural** ao se flexionar na frase:

- (A) Uma característica que (**costumar**) apresentar os textos jornalísticos é a ênfase em determinado detalhe do fato noticiado.
- (B) Quase sempre (**tocar**) mais os leitores a violência de um fato do que a violência com que o texto o retrata.
- (C) Não se (**atribuir**) aos jornalistas a total responsabilidade pelo viés interpretativo das notícias; este já é um atributo da própria linguagem.
- (D) Tudo aquilo que com palavras se (**instituir**), outras palavras poderão demolir.
- (E) Não (**dever**) arrefecer os ânimos de um bem-intencionado jornalista a convicção de que suas palavras podem traí-lo.

20. Alterando-se a voz verbal da expressão *ao modo como o relataram*, obtém-se a forma *ao modo como*

- (A) isso foi relatado.
- (B) se o relatou.
- (C) ele teria sido relatado.
- (D) o haviam relatado.
- (E) o têm relatado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No que diz respeito à inviolabilidade da casa considere as afirmativas :

- I. Por ordem judicial é permitido o ingresso na casa, sem consentimento do morador, somente durante o dia.
- II. A vedação constitucional tem como destinatários tanto o Poder Público, como também os particulares.
- III. A expressão "casa" tem alcance restrito, abrangendo unicamente a residência fixa do indivíduo.
- IV. As buscas e apreensões administrativas por iniciativa da Administração Pública competente são permitidas mesmo sem autorização judicial prévia.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

22. Tendo em vista a liberdade de associação profissional ou sindical é INCORRETO afirmar que

- (A) o aposentado filiado continua com o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (B) é vedada, em qualquer hipótese, a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção sindical.
- (C) é assegurada nas empresas com mais de duzentos empregados a eleição de um representante destes com finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (D) cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos e também individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- (E) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

23. Dentre outras competências privativas da União, encontra-se a de legislar sobre

- (A) organização judiciária, do Ministério Público e Defensoria Pública dos Estados e Municípios.
- (B) normas específicas de direito tributário, financeiro, econômico e orçamentário.
- (C) normas específicas de previdência social, proteção e defesa da saúde.
- (D) organização e prestação do serviço de transporte coletivo estadual e municipal.
- (E) organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

<p>24. No que tange à forma, o controle orçamentário se dá também segundo a natureza dos fatos controlados e a natureza dos organismos controladores. Nesses casos, temos, respectivamente, os controles</p> <p>(A) operacional, financeiro, contábil e político; patrimonial, administrativo e jurisdicional.</p> <p>(B) administrativo, jurisdicional e político; contábil, financeiro, operacional e patrimonial.</p> <p>(C) financeiro, patrimonial e administrativo; contábil, jurisdicional, político e operacional.</p> <p>(D) contábil, financeiro, operacional e patrimonial; administrativo, jurisdicional e político.</p> <p>(E) patrimonial, contábil e jurisdicional; financeiro, operacional, político e administrativo.</p>	<p>27. Entre outras situações peculiares ao Poder Executivo, é correto afirmar que</p> <p>(A) se, antes de realizado o segundo turno das eleições, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato à Presidência das República, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.</p> <p>(B) o Vice-Presidente da República sucederá o Presidente da República no caso de impedimento e o substituirá no caso de vaga.</p> <p>(C) vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a primeira vaga.</p> <p>(D) o Presidente da República não poderá, sem licença da Câmara dos Deputado, ausentar-se do País por período igual ou superior a dez dias.</p> <p>(E) o Vice- Presidente da República tomará posse em sessão da Câmara dos Deputados e o Presidente da República em sessão do Senado Federal .</p>
<p>25. NÃO é considerada competência exclusiva do Congresso Nacional</p> <p>(A) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.</p> <p>(B) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.</p> <p>(C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.</p> <p>(D) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.</p> <p>(E) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.</p>	<p>28. Além de outras atividades, os membros do Ministério Público do Trabalho, poderão</p> <p>(A) exercer, a qualquer momento a advocacia civil, salvo contra a Administração Pública.</p> <p>(B) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, sem prévia ordem judicial.</p> <p>(C) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive de magistério.</p> <p>(D) prestar consultoria jurídica a quaisquer entidades da Administração Pública direta ou indireta.</p> <p>(E) instaurar e presidir inquéritos policiais relativos a crimes contra a organização do trabalho.</p>
<p>26. No que se refere ao processo legislativo considere:</p> <p>I. O ato legislativo, de exclusiva competência do Presidente da República, que consiste em aprovação, expressa ou tácita, a projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.</p> <p>II. A comunicação de que a norma jurídica existe e de que é válida (condições de existência e validade).</p> <p>III. As propostas elaboradas em caráter privativo pelos membros ou órgãos da Câmara ou do Senado, destinadas a modificar matéria contida em projetos de lei, e que têm caráter acessório.</p> <p>Os atos I, II e III denominam-se, respectivamente,</p> <p>(A) admissão, homologação e projeto de lei substitutivo.</p> <p>(B) homologação, publicação e emendas constitucionais.</p> <p>(C) promulgação, sanção e emendas paralelas.</p> <p>(D) sanção, promulgação e emendas.</p> <p>(E) sanção, admissão e iniciativa legislativa.</p>	<p>29. No que diz respeito aos poderes administrativos, considere:</p> <p>I. A faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de expedir decretos para a fiel execução da lei.</p> <p>II. A prerrogativa inerente à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime administrativo; é o caso dos que com ela contratam.</p> <p>III. O poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes.</p> <p>As afirmativas I, II e III correspondem, respectivamente, aos poderes</p> <p>(A) hierárquico, de polícia e vinculado.</p> <p>(B) hierárquico, disciplinar e normativo.</p> <p>(C) discricionário, de polícia e disciplinar.</p> <p>(D) normativo, hierárquico e disciplinar.</p> <p>(E) regulamentar, disciplinar e hierárquico.</p>

<p>30. O atributo que autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade, denomina-se</p> <p>(A) imperatividade, com origem no princípio da eficiência.</p> <p>(B) auto-executoriedade, originário do princípio da finalidade.</p> <p>(C) presunção de legitimidade, decorrente do princípio da legalidade.</p> <p>(D) eficácia, em razão do princípio da motivação.</p> <p>(E) indisponibilidade, em decorrência do princípio da publicidade.</p>	<p>33. Em decorrência do controle da administração, conceder-se-á mandado de injunção</p> <p>(A) quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de direitos.</p> <p>(B) também para a retificação de dados, quando não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.</p> <p>(C) quando alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade.</p> <p>(D) para a invalidação de atos praticados pelo Poder Público, lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.</p> <p>(E) visando a proteção de direito líquido e certo, não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>.</p>
<p>31. Dentre os princípios constitucionais da Administração Pública, pode-se asseverar:</p> <p>I. A Administração deve agir, de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população.</p> <p>II. Os programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos deverá ter caráter educativo.</p> <p>III. É vedado à Administração editar atos ou tomar medidas contrárias às normas do ordenamento jurídico.</p> <p>As afirmativas I, II e III correspondem, especifica e respectivamente, aos princípios da</p> <p>(A) legalidade, moralidade e eficiência.</p> <p>(B) legalidade, publicidade e moralidade.</p> <p>(C) impessoalidade, legalidade e finalidade.</p> <p>(D) eficiência, impessoalidade e legalidade.</p> <p>(E) finalidade, impessoalidade e moralidade.</p>	<p>34. No que concerne à reintegração e à recondução em cargos públicos, considere:</p> <p>I. A reintegração corresponde à reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa, e a recondução diz respeito à readmissão do servidor estável, por ato unilateral.</p> <p>II. A recondução corresponde ao retorno do servidor estável em razão da reintegração do anterior ocupante do cargo, e a reintegração consiste na reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.</p> <p>III. A reintegração consiste no retorno do servidor aposentado voluntariamente, por interesse da administração, e a recondução ocorrerá sempre que cessarem os efeitos do ato de readaptação ou readmissão do servidor estável.</p> <p>IV. A reintegração é originária de decisão judicial ou administrativa, proporcionando a reinvestidura do servidor estável, e a recondução consiste no retorno do servidor estável, em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>32. Tendo em vista a repartição de competências estabelecida na Constituição Federal para as três entidades estatais, observa-se que, dentre outros serviços públicos, compete à União explorar, diretamente ou mediante</p> <p>(A) outorga, os serviços de navegação aeroespacial; aos Estados-membros os serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual; e, aos Municípios os serviços de gás canalizado.</p> <p>(B) autorização, os serviços de geração de energia elétrica; aos Municípios os serviços de interesse imediato; e, aos Estados-membros os serviços de navegação aérea.</p> <p>(C) permissão, os serviços de transporte rodoviário intermunicipal; aos Estados-membros os serviços de transporte aquaviário; e, aos Municípios os serviços de transporte local.</p> <p>(D) delegação, os serviços de transporte rodoviário interestadual; aos Municípios os serviços de transporte rodoviário intermunicipal; e, aos Estados-membros os serviços de transporte aquaviário.</p> <p>(E) concessão, os serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens; aos Estados-membros os serviços locais de gás canalizado; e, aos Municípios os serviços de interesse local.</p>	<p>35. O direito de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo comprovada má-fé. Entretanto, na ocorrência de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á</p> <p>(A) da data da assinatura do ato.</p> <p>(B) da publicação do ato.</p> <p>(C) da percepção do primeiro pagamento.</p> <p>(D) do recebimento do último pagamento.</p> <p>(E) da data do pedido formulado pelo destinatário do ato.</p>

<p>36. A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física verificada em inspeção médica, e o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, correspondem, respectivamente,</p> <p>(A) à transposição e à reversão. (B) à readmissão e à reintegração. (C) ao aproveitamento e à recondução. (D) à transferência e à readmissão. (E) à readaptação e à reversão.</p>	<p>41. Considere as afirmativas a respeito da responsabilidade civil:</p> <p>I. O dono, ou detentor, do animal só ressarcirá o dano por este causado se ficar demonstrado que negligenciou na sua guarda ou vigilância. II. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido. III. O empregador ou comitente é responsável pela reparação civil dos danos causados por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele. IV. O direito de exigir reparação civil e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e IV. (D) II e III. (E) II, III e IV.</p>
<p>37. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são</p> <p>(A) transmissíveis, irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias. (B) intransmissíveis, irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias. (C) intransmissíveis, renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias. (D) intransmissíveis, renunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias. (E) transmissíveis, renunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitações voluntárias.</p>	<p>42. Jaqueline celebrou um negócio jurídico com Dionísio no dia 20/01/2000. Após um ano da celebração desse negócio, Jaqueline descobriu que Dionísio tinha 17 anos de idade na época da celebração. Tendo em vista a incapacidade relativa de Dionísio, o prazo decadencial para pleitear a anulação do negócio jurídico será de</p> <p>(A) 4 anos a contar do dia em que cessar a incapacidade. (B) 4 anos a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico. (C) 5 anos a contar do dia em que cessar a incapacidade. (D) 5 anos a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico. (E) 10 anos a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.</p>
<p>38. De acordo com o Código Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar que o domicílio</p> <p>(A) do militar do Exército é o lugar em que servir. (B) do incapaz é o do seu representante ou assistente. (C) do marítimo é o lugar em que o navio estiver atracado. (D) do servidor público é o lugar em que exerce permanentemente suas funções. (E) da União é o Distrito Federal.</p>	<p>43. Com relação à fraude contra credores, é certo que</p> <p>(A) anulado o negócio fraudulento, a vantagem resultante reverterá em proveito do credor que tiver promovido em juízo a respectiva anulação. (B) o credor quirografário que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor ao acervo objeto do concurso de credores, a metade do que recebeu. (C) presumem-se de boa fé e têm validade as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor. (D) presumem-se fraudulentários dos direitos dos outros credores os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor e de sua família. (E) se o adquirente dos bens do devedor insolvente ainda não tiver pago o preço e este for, aproximadamente, o corrente, desobrigar-se-á depositando-o em juízo, com a citação de todos os interessados.</p>
<p>39. Considera-se bem imóvel, para efeitos legais,</p> <p>(A) o direito à sucessão aberta. (B) a energia que tenha valor econômico. (C) o direito real sobre objeto móvel e a ação correspondente. (D) o direito pessoal de caráter patrimonial. (E) a ação referente a direito pessoal de caráter patrimonial.</p>	
<p>40. Não invalidam os negócios jurídicos as cláusulas contratuais que contenham condições</p> <p>(A) juridicamente impossíveis, quando suspensivas. (B) fisicamente impossíveis, quando resolutivas. (C) ilícitas ou de fazer coisa ilícita. (D) incompreensíveis. (E) contraditórias.</p>	

<p>44. Maria é proprietária e habita uma casa juntamente com seus filhos, sobrinhos e alguns amigos que passam férias na cidade. Um objeto lançado da janela dessa casa atingiu e danificou um veículo estacionado na via pública. Maria será responsável pela reparação do dano causado</p> <p>(A) somente se o autor do arremesso for menor de 18 anos.</p> <p>(B) independentemente de ter agido com culpa.</p> <p>(C) somente se tiver agido com culpa.</p> <p>(D) somente se o autor do arremesso tiver sido seu filho.</p> <p>(E) somente se estava na casa no momento do lançamento do objeto.</p>	<p>48. Em virtude da passagem de um ciclone, uma fábrica teve de interromper suas atividades pelo período de 2 dias. Nesta hipótese, a duração do trabalho poderá ser prorrogada</p> <p>(A) por 1 hora diária, paga com acréscimo de 20%, até que se recupere o tempo perdido.</p> <p>(B) por 1 hora diária, paga com acréscimo de 50%, somente durante 30 dias.</p> <p>(C) até 2 horas diárias, no máximo, que serão pagas no mesmo valor da hora normal e até que se recupere o tempo perdido.</p> <p>(D) até 2 horas diárias, no máximo, que serão pagas com acréscimo de 50% e até que se recupere o tempo perdido.</p> <p>(E) até 2 horas diárias, no máximo, que serão pagas com acréscimo de 50%, somente durante 2 semanas.</p>
<p>45. Se a norma coletiva prevê um adicional de horas extras superior ao previsto na Lei ou na Constituição, deve-se aplicar o adicional da primeira, em virtude do princípio da</p> <p>(A) Proteção.</p> <p>(B) Irrenunciabilidade de direitos.</p> <p>(C) Continuidade da relação de emprego.</p> <p>(D) Primazia da realidade.</p> <p>(E) Razoabilidade.</p>	<p>49. Durante o período aquisitivo do direito a férias, o empregado deixou de comparecer ao trabalho por 2 dias consecutivos para se alistar, por 3 dias consecutivos, em virtude de seu casamento, e por 4 dias, injustificadamente. Neste caso, terá direito a férias de</p> <p>(A) 20 dias.</p> <p>(B) 21 dias.</p> <p>(C) 24 dias.</p> <p>(D) 26 dias.</p> <p>(E) 30 dias.</p>
<p>46. Na relação de emprego,</p> <p>(A) o empregado pode ser pessoa física ou pessoa jurídica.</p> <p>(B) configura-se a habitualidade somente se a prestação de serviços é diária.</p> <p>(C) a prestação de serviços pode ocorrer fora do estabelecimento fabril ou comercial.</p> <p>(D) exige-se exclusividade do trabalhador.</p> <p>(E) os riscos da atividade econômica são suportados pelo empregador ou pelo empregado.</p>	<p>50. João foi admitido no dia 12 de março de 2004, tendo sido estipulado pagamento por mês, seu salário deverá ser pago</p> <p>(A) no dia 12 de cada mês.</p> <p>(B) no último dia do mês trabalhado.</p> <p>(C) no primeiro dia do mês subsequente ao vencido.</p> <p>(D) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.</p> <p>(E) no dia 10 do mês subsequente ao vencido.</p>
<p>47. As anotações em CTPS relativas à remuneração do empregado serão feitas</p> <p>(A) pelo empregador, somente na data-base.</p> <p>(B) pelo empregador, inclusive no caso de estimativa de gorjeta.</p> <p>(C) pela DRT, em caso de necessidade de comprovação perante a Previdência Social.</p> <p>(D) pelo Sindicato, no caso de rescisão contratual.</p> <p>(E) pelo Sindicato, na data-base.</p>	<p>51. Um ônibus colide com outro veículo, ocasionando danos materiais. Nesta hipótese, o prejuízo causado ao empregador pelo motorista de ônibus</p> <p>(A) poderá ser descontado do salário do empregado, independente de previsão contratual.</p> <p>(B) somente poderá ser descontado se houver previsão no contrato de trabalho.</p> <p>(C) somente poderá ser descontado se houver previsão na norma coletiva.</p> <p>(D) ensejará, além do desconto, a dispensa do empregado por justa causa.</p> <p>(E) não poderá ser descontado ante a inexistência de dolo do empregado.</p>
	<p>52. O prazo máximo de vigência do Acordo ou da Convenção Coletiva de Trabalho é</p> <p>(A) 12 meses.</p> <p>(B) 15 meses.</p> <p>(C) 18 meses.</p> <p>(D) 24 meses.</p> <p>(E) livremente estipulado pelas partes.</p>

<p>53. As Comissões de Conciliação Prévia</p> <p>(A) podem ser instituídas no âmbito da empresa ou Sindicato e tanto num quanto noutro caso, serão compostas de, no mínimo seis e, no máximo doze membros.</p> <p>(B) possuem membros titulares e suplentes, aos quais é garantido o emprego até um ano após o término do mandato.</p> <p>(C) têm prazo de dez dias para a realização de sessão de tentativa de conciliação, a partir da provocação do interessado.</p> <p>(D) têm a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais e coletivos do trabalho, bem como apurar falta grave cometida por empregado estável.</p> <p>(E) podem se negar a lavrar o termo de conciliação, devendo fornecer a declaração respectiva.</p>	<p>57. Na Justiça do Trabalho, a contestação deve ser apresentada</p> <p>(A) no prazo de 10 dias, contados do recebimento da citação inicial.</p> <p>(B) no prazo de 15 dias, contados do recebimento da citação inicial.</p> <p>(C) até 48 horas antes da realização da audiência.</p> <p>(D) na audiência, oralmente ou por escrito.</p> <p>(E) na audiência, por escrito, exclusivamente.</p>
<p>54. A primeira parcela do décimo terceiro salário deverá ser paga entre os meses de</p> <p>(A) fevereiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.</p> <p>(B) fevereiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer até quinze dias antes do início das férias.</p> <p>(C) fevereiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado se estas ocorrerem no mês de janeiro.</p> <p>(D) janeiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, a critério do empregador.</p> <p>(E) janeiro e novembro de cada ano ou ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer até oito dias antes do início das férias.</p>	<p>58. Quando a intimação da sentença for recebida na sexta-feira, o prazo para interposição do recurso iniciar-se-á</p> <p>(A) na própria sexta-feira.</p> <p>(B) no sábado.</p> <p>(C) no domingo.</p> <p>(D) na segunda-feira.</p> <p>(E) na terça-feira.</p>
<p>55. A incompetência absoluta</p> <p>(A) é afastada pela prevenção.</p> <p>(B) pode ser convalidada.</p> <p>(C) pode ser declarada de ofício.</p> <p>(D) somente pode ser declarada se alegada em exceção.</p> <p>(E) não se aplica ao processo do trabalho.</p>	<p>59. No procedimento sumaríssimo, a ata da audiência deverá registrar resumidamente</p> <p>(A) os atos praticados durante a audiência e a transcrição dos depoimentos das testemunhas.</p> <p>(B) os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal.</p> <p>(C) os atos essenciais e a transcrição do depoimento das testemunhas, dispensadas as alegações das partes.</p> <p>(D) os atos essenciais e os incidentes e questões que possam interferir no prosseguimento do processo.</p> <p>(E) a transcrição dos depoimentos das partes e das testemunhas e os incidentes e questões que possam interferir no julgamento do processo.</p>
<p>56. Denomina-se <i>jus postulandi</i></p> <p>(A) o direito que tem a parte de ingressar em juízo pessoalmente.</p> <p>(B) o direito de postular junto aos órgãos da administração pública.</p> <p>(C) o benefício da assistência judiciária gratuita.</p> <p>(D) a obrigação de se fazer representar em juízo por advogado.</p> <p>(E) a capacidade da parte de estar em juízo.</p>	<p>60. Diante da sentença que julgou parcialmente procedente a reclamação trabalhista, apenas o reclamante interpõe recurso ordinário. Nesta hipótese, as custas deverão ser pagas pelo</p> <p>(A) recorrente, no prazo recursal.</p> <p>(B) recorrente, no prazo de 5 dias contados da data da interposição do recurso.</p> <p>(C) pelo reclamado, no prazo de 5 dias contados da data da interposição do recurso.</p> <p>(D) pelo reclamado, no momento de oferecimento das contra-razões.</p> <p>(E) pelo reclamado, após o trânsito em julgado da decisão.</p>

<p>61. Em se tratando de dissídio coletivo, o não comparecimento das partes à audiência de conciliação implica</p> <p>(A) arquivamento do feito, se estiver ausente o suscitante, e revelia, se estiver ausente o suscitado.</p> <p>(B) extinção do feito sem exame do mérito pela falta de interesse das partes.</p> <p>(C) aplicação de multa e proibição do ajuizamento de novo dissídio pelo prazo de 6 meses.</p> <p>(D) remessa dos autos à Delegacia Regional do Trabalho para que sejam reiniciadas as medidas destinadas à formalização de Acordo ou Convenção Coletiva.</p> <p>(E) distribuição do processo para julgamento, depois de realizadas diligências necessárias e ouvido o Ministério Público do Trabalho.</p>	<p>65. É defeso ao juiz exercer suas funções no processo em que figura como parte pessoa que</p> <p>(A) dele recebeu conselhos acerca do objeto da causa.</p> <p>(B) com ele mantém relações de amizade íntima.</p> <p>(C) o presenteou, antes ou depois de iniciado o processo.</p> <p>(D) com ele possui parentesco, em linha reta ou na colateral, até o segundo grau.</p> <p>(E) dele é inimigo capital.</p>
<p>62. Levados os bens à praça, ao executado será deferida a remição, se este</p> <p>(A) oferecer preço igual ao valor da avaliação.</p> <p>(B) oferecer preço igual ao valor da condenação.</p> <p>(C) oferecer outros bens de maior valor.</p> <p>(D) requerer o parcelamento da dívida exequênda.</p> <p>(E) pagar imediatamente o valor correspondente às despesas processuais.</p>	<p>66. A decisão que concede a tutela antecipada</p> <p>(A) deve estar fundada na verossimilhança da alegação, podendo ser concedida quando houver indícios de idoneidade do alegado pela parte interessada.</p> <p>(B) deve estar fundada em prova inequívoca da verossimilhança da alegação e no fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.</p> <p>(C) deve estar fundada na verossimilhança da alegação, não cabendo ao juiz agir com discricionariedade na apreciação deste requisito, caso haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.</p> <p>(D) deve ser concedida a fim de tornar irreversível o provimento antecipado, desde que haja prova inequívoca da verossimilhança do alegado pela parte interessada.</p> <p>(E) prescinde da demonstração da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, desde que haja prova inequívoca da verossimilhança da alegação.</p>
<p>63. No sistema do Código de Processo Civil vigente, o juiz</p> <p>(A) promoverá o andamento do processo até a sentença final, independentemente da provocação das partes interessadas.</p> <p>(B) promoverá o andamento do processo até a sentença final, desde que as partes interessadas provoquem o impulso oficial.</p> <p>(C) tem ampla liberdade de iniciativa para instaurar e impulsionar o processo, independentemente de provocação das partes interessadas.</p> <p>(D) deve agir apenas quando provocado, cabendo às partes a iniciativa de instaurar e impulsionar o processo.</p> <p>(E) tem ampla liberdade de iniciativa para instaurar o processo, mas só poderá promover o seu andamento mediante provocação das partes interessadas.</p>	<p>67. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Na impossibilidade de localização do réu em seu domicílio, a citação pode ser feita em qualquer lugar em que ele se encontre.</p> <p>II. O réu funcionário público pode ser citado na repartição em que trabalha, desde que comunicado previamente.</p> <p>III. Se o oficial de justiça verificar que o réu é demente ou está enfermo, o juiz nomeará um médico para acompanhar a diligência de citação.</p> <p>IV. Se o oficial de justiça não encontrar o réu, depois de procurá-lo por três vezes, no seu domicílio ou no local de trabalho, a citação poderá ser feita com hora certa.</p> <p>A propósito da citação está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>64. Tendo em conta a necessidade de observância da correlação entre o pedido e o provimento jurisdicional, o juiz pode corrigir a sentença que for proferida</p> <p>(A) <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>, somente se o fizer de ofício.</p> <p>(B) <i>infra petita</i>, somente se o fizer de ofício.</p> <p>(C) <i>infra petita</i>, desde que provocado por embargos de declaração.</p> <p>(D) <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>, desde que provocado por embargos de declaração.</p> <p>(E) <i>infra</i>, <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>, desde que provocado por embargos de declaração.</p>	

68. Considere as afirmativas:

I. O credor pode nomear bens à penhora, ao juiz ou ao próprio oficial, caso em que este deverá obter despacho judicial para realizar a constrição.

II. A penhora pode ser efetuada onde quer que se encontrem os bens, ainda que em repartição pública, desde que o oficial dê ciência ao respectivo chefe.

III. Tão logo citado o devedor, independentemente da penhora, o oficial deve intimá-lo para embargar a execução, querendo, em dez dias.

IV. Recaindo a penhora em bem imóvel, dela deve ser intimado o cônjuge do executado, ainda que o bem não pertença ao casal, ou que haja reserva da meação.

Em relação à penhora, está correto APENAS o que se afirma em

(A) I e III.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) II e IV.

(E) III e IV.

69. Na citação e penhora realizados por meio de carta precatória, é competente para julgar os embargos do devedor o juízo

(A) deprecante, em qualquer hipótese, depois da juntada da carta precatória aos autos principais.

(B) deprecante, qualquer que seja o objeto da impugnação.

(C) deprecado, em qualquer hipótese, desde que esteja seguro o juízo.

(D) deprecante, em qualquer hipótese, desde que esteja seguro o juízo.

(E) deprecado, quando o devedor pretender im-pugnar a penhora, a avaliação ou a alienação dos bens.

70. O bem de família (Lei nº 8.009/90) NÃO pode ser penhorado em processo movido para

(A) execução de débitos relativos ao Imposto de Renda.

(B) execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.

(C) cobrança de créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.

(D) cobrança de crédito relativo à pensão alimentícia.

(E) cobrança de impostos, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.